

SOBRE A PERCEPÇÃO E SEUS OBJETOS EM STRAWSON¹

Ernest Sosa*

Tradução: Itamar Luís Gelain**

Revisão da Tradução: Jaimir Conte***

Em *Perception and its Objects*,² Strawson argumenta, em primeiro lugar, contra Ayer, que nossa concepção realista do mundo não deve ser considerada uma espécie de ‘teoria’ baseada em ‘dados’ proporcionados pelos sentidos ou pela experiência sensorial. Em segundo lugar, afirma que nossa concepção postula nossa consciência imediata de contínuos físicos num marco espacial, objetos com propriedades visuais e táteis causalmente responsáveis por nossas ocasionais percepções dos mesmos. Por último, nossa concepção é submetida à crítica de uma pergunta de importância primordial: podemos sustentá-la racionalmente, sem maiores modificações, apesar da ascensão do conhecimento científico?

A “concepção realista corrente do mundo não tem o caráter de uma ‘teoria’ em relação com os ‘dados dos sentidos’ [...] É, antes, algo dado com o dado”³. Strawson discute “a doutrina de que uma visão realista do mundo tenha, para qualquer homem, o status de teoria em relação com sua experiência sensível, teoria à luz da qual ele interpreta essa experiência ao fazer seus juízos perceptuais”.⁴ Qual é o argumento?

Para poder descrever corretamente uma crença ou conjunto de crenças como uma teoria a respeito de certos dados, deve ser possível descrever os dados com base nos quais se sustenta a teoria em termos que não pressuponham a aceitação desta por aqueles para quem os dados *são* dados. Porém, essa é justamente a condição que não vemos satisfeita no caso em que a suposta teoria é a visão geral realista do mundo. Os “dados” estão carregados de “teoria”. A experiência sensível é infiltrada por

¹ “Sobre la percepción y sus objetos en Strawson”. In: CAORSI, Carlos E. (Ed.). **Ensayos sobre Strawson**. Montevideo: Universidad de la República/Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1992, p.139-158. Sinto-me honrado por esta oportunidade de render homenagem a Strawson, cujos escritos tenho estudado e admirado durante trinta anos.

* Filósofo americano e professor na Universidade de Brown e Rutgers nos EUA.

** Professor no Centro Universitário – Católica de Santa Catarina/ CATÓLICASC. E-mail: itamarluis@gmail.com

*** Professor do Departamento de Filosofia da UFSC. E-mail: conte@cfh.ufsc.br

² *Perception and its Objects*, in: **Perception and Identity**: Essays Presented to A. J. Ayer. Ed. G. F. Macdonald, London: Macmillan, 1979, p. 41-60. Reimpresso in: *Perceptual Knowledge*, Ed. Jonathan Dancy. Oxford: Oxford Press, 1988.

³ *Ibid.*, p. 47.

⁴ *Ibid.*, p. 45.

conceitos em relação aos quais a irreflexiva aceitação de sua aplicabilidade geral é uma condição para que seja assim infiltrada, uma condição para que esta experiência seja o que é: e estes conceitos são os dos objetos concebidos de maneira realista.⁵

Esta passagem, porém, é rica em sugestões e dá lugar a diversos argumentos. Entre os que me ocorrem, formulo agora o que me parece mais forte e interessante, escrevendo em itálico algumas sugestões exegéticas:

- I. nenhuma descrição da experiência comum de um adulto normal pode ser suficiente e adequada para sustentar a concepção realista geral a menos que faça uso de conceitos de objetos concebidos de maneira realista, conceitos que irreflexivamente se supõem como geralmente aplicáveis (*tanto por aquele que descreve como pelo sujeito da experiência, presumivelmente*).
- II. *porém, aceitar a aplicabilidade geral de tais conceitos é aceitar a visão realista geral.*
- III. e nenhuma visão pode ser uma teoria relativa a certos dados se os dados não podem ser descritos *de forma tal que sustentem suficiente e adequadamente a visão*, a menos que esta última tenha sido aceita, isto é, se a descrição dos dados pressupõe em tal sentido a visão.
- IV. conseqüentemente a visão do realismo geral não pode ser uma teoria relativa à experiência comum de um adulto normal.

Poder-se-ia admitir que, no que se refere às atitudes normais e recursos linguísticos, a experiência comum de um adulto normal é melhor descrita por parte do sujeito se faz uso do “como se”: dizer que a experiência é como a que alguém tem quando se depara com uma cena de tipo realista bem iluminada, etc. Mas, é claro que a experiência de um adulto normal ‘seja impossível de descrever’ exceto através de um uso tal de conceitos realistas? Strawson faz esta colocação de forma aberta (nas páginas 43 e 44) e a repete duas vezes em combinação com uma tese sobre a experiência que não parece obviamente equivalente:

⁵ Ibid., p. 45.

No entanto, parece que não podemos oferecer uma caracterização veraz nem sequer da experiência sensível – que estes juízos, como afirmou Ayer, “ultrapassam” – sem referência aos juízos em si mesmos, que nossa própria experiência sensível em si mesma está completamente infiltrada pelos conceitos de objetos que figuram em tais juízos.⁶

A experiência sensível é infiltrada por conceitos em relação aos quais a irreflexiva aceitação de sua aplicabilidade geral é uma condição para que seja assim infiltrada, uma condição para que esta experiência seja o que é; e estes conceitos são os dos objetos concebidos de maneira realista.⁷

Se distinguirmos bem nitidamente, como devemos, entre a experiência sensível em si mesma e as descrições que fazemos dela, então não poder descrever a própria experiência a não ser recorrendo a conceitos realistas permitiria concluir imediatamente que estas ‘descrições’ que alguém faz estarão infiltradas por tais conceitos. Mas, não vejo que daqui decorra que a própria experiência ‘em si mesma’ seja assim ‘infiltrada’ (qualquer que seja o significado disto). Naturalmente, o fato de que a mesma experiência sensível fosse assim infiltrada seria oriunda de um argumento para a declaração de que não pode ser descrita adequadamente sem apelar aos conceitos infiltrantes. Todavia, tal como estão as coisas, seria necessário primeiro demonstrar que a infiltração da descrição implica a infiltração do descrito.

Poder-se-ia replicar aqui que não necessitamos assumir que a experiência mesma seja infiltrada por conceitos realistas. Embora se possa dizer isso de um modo mais enfático, a questão real é que a ‘descrição’ da experiência deve ser assim infiltrada. Mas isto elimina nosso único argumento a favor do ‘ponto real’. De um modo ou de outro, portanto, sente-se neste aspecto uma importante carência.

Ayer discorda do enfoque de que a nossa experiência ou as nossas descrições dela devam estar assim infiltradas pelos conceitos realistas comuns. Ele não vê razão alguma para supor que os idealistas berkeleyanos ou os realistas lockeanos ou os cientistas devam ter experiências sensoriais “de uma natureza radicalmente diferente da do homem comum”. Os realistas de senso comum adotariam simplesmente “uma maneira diferente de dar conta das mesmas experiências daquelas que os realistas científicos consideram oferecer uma resposta melhor”.⁸ Aqui devo tomar partido com Ayer, pelo menos enquanto não vejo nenhuma forçosa razão a favor do argumento de que a própria experiência ‘em si mesma’ vai diferir da

⁶ Ibid., p. 44.

⁷ Ibid., p. 45.

⁸ Ibid., p. 292.

adoção de uma visão diferente do mundo que nos cerca, e que (portanto) é ‘impossível’ descrever a experiência comum, salvo mediante o uso dos conceitos realistas comuns.

Em seguida, Strawson nos apresenta importantes características da concepção realista de senso comum do mundo:

A partir da posição do realismo de senso comum, nos consideramos como imediatamente conscientes de objetos físicos, reais e constantes no espaço, objetos dotados de propriedades visuais e táteis; e damos por suposto que estes objetos constantes são causalmente responsáveis por nossa percepção intermitente deles”.⁹

Ao contrário, o realismo científico ou o lockeano atribuem aos objetos físicos somente propriedades postuladas pela ciência e negam aos objetos em si mesmos as qualidades visuais ou táteis da percepção comum.

Perceber os objetos físicos tais como, de acordo com o realismo científico, eles realmente são, seria percebê-los como carentes de tais qualidades. Mas, esta noção é autocontraditória. Portanto, que não percebamos os objetos tais como realmente são é uma consequência necessária desta forma de realismo.¹⁰

Finalmente Strawson submete à crítica o esquema do senso comum com base nestas descrições. “A questão principal a considerar [...] é se estamos racionalmente forçados a abandonar ou a modificar radicalmente o esquema à luz do conhecimento científico”.¹¹

Em primeiro lugar, devemos reconhecer totalmente o poder que o realismo de senso comum detém sobre a consciência comum.

Quando usamos conceitos tais como “os lábios e o cabelo do ser amado”, não estamos designando dados sensoriais ou ideias, mas entidades independentes, imediatamente perceptíveis e possuidoras de qualidades fenomênicas, visuais e táteis. Porém, isto conduz a uma contradição.

Se o realismo lockeano ou o científico é correto [e se] os objetos dos quais falamos têm realmente propriedades fenomênicas, então eles não podem ser, deste ponto de vista, objetos físicos que existem e duram no espaço físico. Nada que seja imediatamente perceptível [...] é uma existência fisicamente real e independente.¹²

Os realistas científicos poderiam responder, de forma kantiana, aceitando essa influência do realismo de senso comum, mas sustentando ao mesmo tempo que sua visão do

⁹ Ibid., p. 53.

¹⁰ Ibid., p. 49.

¹¹ Ibid., p. 53.

¹² Ibid., p. 54.

mundo é racionalmente inferior àquela que a ciência nos revela. O próprio Kant confiou inclusive o marco espaço-temporal ao campo de nossa subjetividade, o que exime a sua filosofia de apresentar uma objeção de peso ao realismo científico, a da refutação a uma bifurcação da natureza, similar a de Berkeley em relação ao divórcio entre qualidades primárias e secundárias em Locke (entre outras coisas). Contra o realismo científico podemos agora argumentar que é impossível que o marco espaço-temporal esteja desprovido de todo objeto fenomenicamente acessível. Não podemos eliminar todos os corpos que têm forma e cor e esperar captar sensorialmente um universo composto de partículas imperceptíveis distribuídas num sistema espaço-temporal. Durante muitos anos Ayer fez uso, repetidas vezes, desta objeção, expressando dúvidas tais como “se é inteligível a noção de um sistema espacial ainda quando nenhum de seus elementos pode ser observado”.¹³

Obviamente esta não é, segundo Strawson, uma dificuldade claramente insuperável, mas, obviamente, o preocupa e preferiria evitá-la; por isso ele tentará evitar a contradição. Uma solução compatibilista seria a de ‘combinar’ as duas imagens – a científica e a manifesta¹⁴ – sem degradar nenhuma delas. Ayer recomenda tal compatibilismo, mas Strawson observa a discrepância de John Mackie, que propõe, ao contrário, a mesma “teoria do erro” que defende também em metaética. Para Mackie, a postulação de ocupantes de um espaço-tempo objetivo, dotados de propriedades fenomênicas (tal como o faz a consciência comum), embora não seja absurda ou impossível, é simplesmente errônea, errônea porque um sistema explicativo rival, derivado da ciência contemporânea, vence o realismo comum.

Não obstante, acusa-se a “teoria do erro” de ser totalmente absurda desde o momento em que as cores captadas pela consciência comum não poderiam estar presentes nos corpos, que têm lugar num sistema espaço-temporal, sem ser imediatamente perceptíveis. “Qualquer que seja o caso da forma e da posição, as cores são *visibilia* (qualidades ‘imediatamente visíveis) ou não são nada”.¹⁵

Ambas as imagens poderiam ser combinadas numa visão pacificadora mediante a identificação dos corpos da imagem manifesta com as configurações de partículas da imagem científica. Por outro lado, poder-se-ia considerar que tais partículas não são necessariamente imperceptíveis; sua imperceptibilidade seria “simplesmente uma consequência empírica de

¹³ Strawson assinala certas passagens de *The Central Questions of Philosophy* nas páginas 84, 86, 87 e 110.

¹⁴ Ver o artigo inicial de Wilfrid Sellars. *Science, Perception and Reality*. Londres, Routledge & Kegan, Paul, 1963.

¹⁵ *Perception and Identity*, op. cit., p.56. Na página 54 já se havia estipulado que perceptível passava a significar “imediatamente perceptível”.

sua pequenez”,¹⁶ como sugere Ayer. Embora individualmente imperceptíveis, reunidas formam os grupos perceptíveis e coloridos, constituintes dos corpos de nossa imagem manifesta. Strawson duvida de que esta afirmação ‘pode ser considerada satisfatória’. Aqui ele raciocina do seguinte modo: supomos que devido a seu pequeno tamanho as partículas só são perceptíveis de forma contingente. Suponhamos que as condições que as tornam imperceptíveis variam de algum modo por uma redução significativa das diferenças de tamanho, por exemplo, ou por nos conceder uma visão melhor. As partículas da imagem científica tornar-se-iam para nós imediatamente perceptíveis na forma requerida pela imagem manifesta? Não é assim. A razão para isso é que as cores que a imagem manifesta desejaria atribuir àquelas agora supostamente perceptíveis partículas e configurações delas não desempenhariam, todavia, nenhum papel na teorização e explicação científicas. Só as propriedades que desempenham tal papel serão aceitas como verdadeiramente presentes em entidades da imagem científica tais como as partículas e suas configurações. Em resposta, Ayer admite a força desse argumento e “se inclina a aceitar que nenhuma propriedade fenomênica que parecemos perceber que [estas partículas] têm, figuraria na explicação física de que conseguimos percebê-las”.¹⁷

Tendo descartado a “teoria do erro” e a ‘combinação pacificadora’, Strawson apresenta agora a sua proposta. As atribuições cromáticas, assinala, são frequentemente relativas aos padrões vigentes, que podem variar de um contexto para outro. Um tecido pode ser a olho nu verde e ‘realmente’ verde quando comparado com sua aparência sob uma luz que promove distorções. Todavia, vista sob um microscópio, a superfície pode ‘realmente’ exibir um padrão matizado de azul e amarelo. Elimine-se a relatividade se chegará a uma incoerência: nenhuma superfície pode ser ao mesmo tempo verde homogênea e matizada de azul e amarelo. Com a relatividade, restaura-se a coerência: ‘a olho nu’, o tecido é verde; ‘sob o microscópio’ é matizado de azul e amarelo.

Passemos agora da relatividade das atribuições cromáticas a uma relatividade similar nas visões do mundo. Para o realismo de senso comum correspondente “à posição da percepção humana”, a mesa de Eddington é dura, sólida e de um marrom homogêneo. Para a posição científica do físico contemporâneo é um conjunto de partículas eletricamente carregadas e de nenhum modo marrom. Não há aqui nenhum conflito. Alguém pode ser ao

¹⁶ *The Central Questions*, op. cit., p.110.

¹⁷ *Perception and Identity*, op. cit., p.296.

mesmo tempo cientista e comensal. Cabe combinar ambas as posições numa única sentença: ‘esta mesa lisa de couro verde’, dizemos, “desde o ponto de vista científico não é senão um aglomerado de cargas elétricas em ampla dispersão e em rápido movimento”. Aqui o sujeito de nossa sentença corresponde ao senso comum, enquanto que o predicado corresponde à posição científica; quando percebemos isto, a impressão de incoerência se desfaz.¹⁸

Em seu escrito, Ayer responde à crítica de Strawson da seguinte maneira:

Podemos admitir a força explicativa das teorias científicas sem interpretá-las como instrumentos e ainda assim permitir que elas governem nossa concepção acerca daquilo que existe. Para isso podemos escolher manter-nos no nível da teoria que nos brinda uma imagem manifesta do mundo. Tenho direito a pensar que isto implica que em última instância não se trata mais que de uma questão de escolha. Até as teorias rivais são inteligíveis e coerentes, e cada uma delas pode, em seu próprio domínio, validar suas pretensões de verdade; poderia não haver, na terminologia de Quine, nenhum fato subsequente do tipo dos que dariam ainda um sentido à pergunta acerca de qual é correta. Noto que isto me conduz a algo muito próximo à posição de Strawson, mas exigiria uma consolidação que espero ter obtido.¹⁹

Como escolher ou sequer comparar estas posições? Está a posição do senso comum em paridade com a da ciência? Strawson não entra – e nem sequer se aproxima – a estas questões que Ayer se apressa a dar por concluídas: Trata-se “no fundo, de uma questão de escolha e pode não ter sentido a pergunta sobre qual é a correta”.²⁰ Mas, é justamente neste ponto onde devemos moderar nossa marcha e mostrar-nos cautelosos. O que deveríamos dizer a propósito de superstições tais como a astrologia? Suponhamos que algumas delas também possam “em seus próprios domínios validar suas pretensões de verdade”. É esta, então, uma mera questão de escolha entre elas e a ciência? E a partir de que posição estamos fazendo esta extraordinária afirmação? É a partir da ciência mesma? Seguramente a visão científica não pode contradizer-se de maneira tão óbvia. E se não adotamos a posição científica, para qual devemos nos voltar? Para o senso comum manifesto? Mas se nos refugiamos no senso comum, então devemos dizer que a mesa é sólida e marrom e, conseqüentemente, devemos pensar que a ciência se equivoca ao negar-lhe estas propriedades. Ao retomar o que Ayer dá por concluído, abrimos uma caixa de Pandora.

¹⁸ Ibid., p. 59.

¹⁹ Ibid., p. 297-298.

²⁰ Isto não é, por outro lado, somente uma observação isolada de Ayer ou uma desculpa conveniente para a crítica de Strawson. Repetidas vezes nos escritos de Ayer, inclusive desde os primeiros, encontramos um compromisso firme com a necessidade de critérios ou procedimentos de verificação que permitiriam uma resposta para que as perguntas sejam literalmente sensatas e compreensíveis. E tem-se a sensação de que estes procedimentos e critérios são, ao fim e ao cabo, matéria de escolha ou convenção. A presente passagem é, em minha opinião, simplesmente uma declaração categórica de um enfoque de longa data.

Dado que em alguma parte nos equivocamos em nosso caminho, voltemos para trás nossos passos. Em particular, voltemos para a combinação compatibilista do senso comum e a ciência que Ayer apresenta. Eu mesmo concordo com Strawson, como o faz Ayer, que a ciência dificilmente invoque cores em objetos físicos a fim de explicar a visão da cor. Se a posição científica nos compromete a aceitar somente as propriedades que a ciência postula para seus propósitos explicativos, então não poderíamos, a partir desta posição, aceitar as cores nos objetos físicos. Aqui poder-se-ia objetar que essa posição deveria ser mitigada de tal modo que nos comprometa a ‘aceitar’ as propriedades que a ciência postula, mas não ‘rejeitar’ todas as demais propriedades. Isto abriria a possibilidade de apreciar as cores em nossas pinturas sem má fé ou falsa consciência científica. E neste ponto não parece ter nenhuma ‘incoerência’. Ainda quando as partículas individuais são demasiado pequenas para vê-las coloridas ou, na verdade, sequer para vê-las, ainda quando a atribuição das mesmas dificilmente desempenhe algum papel na explicação científica, ainda assim, porque deveria isto impedir que fossem de alguma maneira coloridas, e coloridas no pleno sentido fenomênico da consciência realista de senso comum ordinário? Sendo assim as coisas, seria ainda mais surpreendente que configurações suficientemente grandes de tais partículas não possam constituir os corpos comuns da vida cotidiana, incluindo a mesa de Eddington não só com sua forma, mas também sua cor. Novamente, não há aqui incoerência a menos que convertamos a visão de mundo científica numa ideologia imperialista que busca não só ocupar, senão também aniquilar e substituir. Assim, de acordo com este cientificismo imperialista, as propriedades hipotéticas podem sempre ser racionalmente rejeitadas ou eliminadas se a ciência não as necessita para seus propósitos explicativos. Mas há um grande hiato entre este programa agressivamente negativo do cientificismo e a concepção positiva de que as propriedades podem ser postuladas se são úteis para a explicação científica. E não está claro como este hiato pode ser eliminado. Por exemplo, nem toda a propriedade aceita pareceria justificável para o enfoque cientificista. Poderiam as propriedades F_1, \dots, F_n ser justificadas exclusivamente através de sua utilidade para explicar os fenômenos constituídos pelas propriedades G_1, \dots, G_n , enquanto estas, por sua vez, são justificadas exclusivamente por sua utilidade para explicar os fenômenos constituídos pelas propriedades F_1, \dots, F_n ? Não poderia haver, para justificar a aceitação de ‘algumas’ propriedades, alguma outra coisa para apelar, algo diferente de sua utilidade no projeto explicativo da ciência? E, o que impede a

possibilidade de que exista uma posição menos imperialista para a ciência, uma posição que pacificamente ocupe e aglutine em vez de agressivamente eliminar e suplantar?

Esta resposta parece em princípio aceitável. Mas, o que ocorre se a ciência consegue explicar nossa experiência visual e o faz sem recorrer às cores nos objetos comuns? Podemos pensar normalmente, que uma bola de neve, distante aproximadamente um metro e sob a luz do sol, parece branca porque *é* branca. Se a ciência desenvolve uma explicação muito melhor acerca de por que esta bola de neve parece branca (e assim com todos os fenômenos análogos) sem atribuir cores aos objetos físicos, podemos ainda insistir que esta bola de neve parece branca porque *é* objetivamente branca? Que relação ou relações poderia haver entre esta brancura objetiva da bola de neve e sua propriedade em termos da qual a ciência explicaria porque nós a vemos branca neste momento? Poder-se-ia tratar de propriedades totalmente independentes e logicamente desconexas, cada uma das quais proporcionando sua própria e exclusiva explicação independente sobre o porquê de nossa experiência correspondente em tal situação? Isto pareceria uma duplicação não razoável e um bom candidato para a navalha de Ockam. Mas se negamos que os objetos físicos que nos rodeiam são verdadeiramente coloridos, voltamos, precisamente, para a “teoria do erro”.

Continuar pelo caminho relativista, como o faz Ayer, conduz ao desastre. Entre as concepções consideradas anteriormente, a alternativa mais atrativa é oferecida pela combinação pacificadora, de senso comum e ciência, de Ayer. Ela foi no início rejeitada porque a posição científica supostamente abomina toda a propriedade hipotética que seja supérflua para os propósitos explicativos. E ainda que em si mesmo isto faça parecer a posição científica demasiado imperialista, não é menos certo que resta um problema por resolver para que a ciência seja capaz de explicar a experiência perceptiva sem apelar a nenhuma propriedade visual ou tátil dos próprios objetos físicos. Se persistimos de todas as maneiras em atribuir propriedades visuais ou táteis aos objetos físicos em si mesmos, não caímos numa absurda e desnecessária duplicação? E se a hipótese, a explicação científica, é melhor que a do senso comum, então parece que nos dirigimos para uma “teoria do erro”: estamos simplesmente num erro quando atribuímos propriedades fenomênicas aos objetos mesmos.

Refugiar-nos numa “teoria do erro” não é, todavia, nada atraente, em parte pelas razões indicadas por Strawson. Em última instância, pode ser que esta seja capaz de sugerir algumas intuições aceitáveis, mas isso está ainda por ser mostrado, e de qualquer modo, não

pode por si mesma dar conta satisfatoriamente da percepção. De modo específico, o artigo de Strawson insinua uma crítica de peso à “teoria do erro” e também o faz o recente trabalho de Barry Stroud, não somente no que diz respeito às qualidades secundárias, senão também no que diz respeito aos valores.²¹ Se uma descrição suficientemente completa de nossa experiência perceptiva deve recorrer ao ‘como se’, então tal descrição estará necessariamente infiltrada pelos conceitos realistas fenomênicos do senso comum. Mas não podemos descrevê-la adequadamente desta forma – tal como deveríamos se queremos fazer-lhe justiça e descrevê-la de forma suficientemente completa – a menos que aceitemos seriamente o realismo de senso comum, incluindo seu comprometimento com conceitos realistas fenomênicos. Assim, seria incoerente aceitar um realismo científico que descreve nossa experiência perceptiva, pretende explicá-la apelando para uma psicologia científica da percepção, e conclui a partir disso que é um erro atribuir propriedades fenomênicas aos objetos físicos em si mesmos. A incoerência reside em aceitar o realismo de senso comum das propriedades fenomênicas, que se requer para descrever adequadamente nossa experiência perceptiva, ao mesmo tempo em que pretendemos que tal aceitação é errônea, enquanto somos capazes de explicar tal experiência perceptiva sem atribuir propriedades fenomênicas aos objetos físicos em si mesmos. A objeção de Strawson-Stroud é plausível e de fato se impõe se descrever uma experiência de “algo branco e redondo” é dizer que é o tipo de experiência que alguém normalmente teria diante de algo branco e redondo (algo de tamanho médio, bem iluminado, etc.). Porque dizer que alguém teria ‘normalmente’ tal experiência quando diante de tal objeto parece implicar que realmente existem tais objetos com os quais alguém se depara. Toda esta questão exigiria maior estudo, mas desde já representa uma objeção *prima facie* contra qualquer “teoria do erro”. Certamente preferiríamos alguma maneira de combinar o senso comum e a ciência sem declarar com isso que um deles está completamente errado. O relativismo de Strawson-Ayer é uma forma de fazer isso; tem essa virtude; mas, já vislumbramos suas consequências, que parecem intoleráveis. Haverá uma forma melhor?

Parece pouco possível que as crianças ou as pessoas comuns concebam realmente o peso de um objeto como algo relativo, relativo à nossa força ou à proximidade da massa terrestre. Todavia, o que é pesado para David pode ser leve para Goliath; o que é pesado aqui

²¹Para as qualidades secundárias, em suas recentes conferências sobre Locke, e para os valores em suas dissertações sobre Tanner, realizadas na Universidade de Buenos Aires em junho de 1988.

pode ser leve na lua; e o peso relativo de um objeto em determinado lugar e para uma determinada pessoa (ou comunidade) seria cientificamente explicado, em parte, com relação à sua massa. Além disso, poder-se-ia explicar parcialmente por que ‘nós o sentimos pesado’, em parte em função de sua massa, por meio da psicologia científica. Ainda assim podemos não ser capazes de descrever a sensação de gravidade adequadamente, sem fazer uso do conceito realista de gravidade que aplicaríamos a nosso volume da Columbia Desk Encyclopedia ou pelo menos do conceito ‘mais pesado que’, que aplicaríamos a tal volume da mesma com respeito ao último exemplar do periódico local. Sendo as coisas deste modo, seremos forçados a dizer que os objetos não são realmente pesados, senão que somente possuem massa, que não há necessidade de admitir nenhuma propriedade tal como o peso ou a gravidade, e que o realismo científico deveria rejeitar tal propriedade e excluí-la totalmente de sua visão da realidade na medida em que ela não tem nenhum papel explicativo, nem sequer na explicação de nossa experiência de peso?

A linha Strawson-Stroud poderia responder que não se poderia descrever de um modo coerente nossa experiência do peso a fim de explicá-la em primeira instância sem aceitar que existem realmente objetos pesados ou, pelo menos, objetos mais pesados que outros. E já vimos que esta linha crítica, embora em desenvolvimento, parece certamente plausível e promissora. De modo que nos encontramos num ‘impasse’. Por um lado, sentimos a força do realismo científico, especialmente o preceito contra a complicação desnecessária de nossa visão da realidade, que se aplicaria contra a postulação de ‘massa mais’ peso, enquanto a explicação de nossa experiência (e muito outras) oferecida pela primeira é melhor que a explicação dada pela última. Mas, por outro lado, nos vemos arrastados pelo argumento de que nossa experiência não pode ser coerentemente descrita se negamos peso real a todos os objetos que nos cercam, de que não podemos sustentar a “teoria do erro” e, de modo consistente, oferecer ao mesmo tempo uma descrição satisfatória de nossa experiência. Existe algum modo de sair do ‘impasse’?

Suponhamos que enfatizamos o caráter relativista de nosso conceito de peso; não sua relatividade em relação à massa e à posição dos corpos pertinentes, que deixamos de lado, mas sua relatividade à força dos sujeitos envolvidos e a suas experiências ao levantar o objeto, etc. Suponhamos também que a propriedade de ser algo tal que imprima num sujeito certas impressões subjetivas em certas circunstâncias não desempenham um importante papel explicativo, nem sequer na explicação de porque um sujeito tem essas impressões nas

circunstâncias pertinentes; admitamos verdadeiramente que uma psicologia científica não apelaria a nenhuma propriedade disposicional ao explicar porque um sujeito tem tais impressões em circunstâncias apropriadas, que a melhor explicação recorreria em vez disso ao conceito de massa e a outros conceitos que envolvem nosso sistema nervoso, etc. Ainda assim, porque deveria isto excluir um conceito disposicional de peso de nossa concepção da realidade?

Os realistas científicos poderiam argumentar do seguinte modo: qual é, precisamente, o conteúdo deste suposto conceito de peso? Atualmente se supõe que é a noção de uma disposição a imprimir em nós certas experiências. Mas, que experiências? Já nos foi dito que estas experiências não podem ser descritas adequadamente sem invocar, precisamente, o conceito de peso objetivo. Deste modo, não estamos nos movendo num círculo vicioso?

Cada um de nós teve a experiência de sustentar um objeto pesado no ar, e podemos reconhecer essa experiência do mesmo modo que podemos reconhecer uma e mais vezes a experiência visual correspondente ao rosto de um ente querido. Parece certo que não podemos descrever essa experiência de peso muito adequadamente mediante a linguagem, a não ser talvez recorrendo a suas causas típicas e a seu peso ou a seu peso relativo; do mesmo modo que não podemos descrever a experiência visual correspondente ao rosto, a não ser talvez recorrendo a sua causa típica e a sua identidade. Mas não existe nenhum problema a respeito do reconhecimento facial, ainda quando admitamos que existe uma certa fisionomia objetiva correspondente a um rosto amigo. Podemos sustentar consistentemente ambas as coisas: que há algo assim como uma fisionomia objetiva e que nossa experiência visual correspondente à mesma não pode ser descrita, com os recursos normais, a não ser recorrendo à identidade do amigo cujo rosto vemos. Então, porque há problemas a respeito do reconhecimento do peso, do reconhecimento da cor e, em última instância, a respeito do reconhecimento da qualidade secundária em geral? Em que consiste este problema que não aparece no fenômeno do reconhecimento facial ou que no máximo é muito difícil de encontrar em tal fenômeno? O problema é outra vez e mais especificamente um problema de circularidade. Nos foi oferecida uma explicação do peso objetivo em termos da sensação de peso nos sujeitos. Mas, esta sensação de peso é por sua vez explicada em termos do peso dos objetos pesados que são levantados. E não é este, exatamente, um círculo vicioso de definições?

Este seria um círculo vicioso se ambas as ‘explicações’ tomassem a forma de definições da mesma espécie. Não se podem definir as sensações de peso em termos do peso

dos objetos correlativos, enquanto que, no mesmo sentido, se define o peso dos objetos em termos das sensações de peso inversamente correlativas. Mas, talvez não se deva interpretar que as ‘explicações’ pertinentes são ambas definições da mesma espécie.

Talvez a ‘explicação’ do peso objetivo comporte a constatação da citada propriedade na realidade, a espécie de propriedade de que se trata. Assim a natureza do peso nos objetos é considerada como uma disposição a imprimir nos sujeitos certas sensações (entre outras coisas). ‘Que sensações?’ Aqui nos encontramos com um déficit de palavras. E assim recorreremos precisamente a “peso” outra vez, mas agora de um modo diferente. Agora nós não explicamos a espécie de sensação implicada mediante uma indicação da constituição real do objeto de que se trata. Não queremos dizer que o tipo de sensação que o sujeito tem é constituída pelo menos em parte pela propriedade de ser causada pelos objetos pesados sustentados. Isso seria, desde já, explicar de forma viciosamente circular as respectivas constituições: a constituição do peso dos objetos levantados e a constituição da propriedade pertinente dos sujeitos – a propriedade de ter a sensação de levantar um objeto pesado.

Se devemos manter nossa explicação acerca do peso dos objetos sustentados em termos das sensações do sujeito (entre outras coisas), então precisamos entender de algum outro modo a ‘explicação’ da propriedade correspondente às sensações pertinentes do sujeito. Dizemos que os objetos levantados ‘parecem pesados’ e esta é, certamente, a sensação em termos da qual (entre outras coisas) se constitui, em primeira instância, o peso do objeto. Se nos for pedido que descrevamos a sensação em questão não temos, realmente, outra alternativa senão dizer que o objeto ‘parece pesado’ ou algo similar; temos que dizer “é a sensação de sustentar um objeto pesado” ou algo semelhante. E isto seria vicioso se ao dizê-lo nos propuséssemos explicar a constituição da sensação mesma ou de sua espécie pertinente. Felizmente não precisamos propor algo assim. Não poderíamos simplesmente descrever a sensação em questão em relação com suas causas pertinentes? Todavia, como poderíamos fazê-lo se a citada causa pertinente consiste em sustentar objetos pesados e o peso objetivo, por sua vez, não equivale nada mais que a causa da sensação em questão nos sujeitos?

Pode-se considerar muito bem que o que isso mostra é que para que nosso projeto de combinar as duas imagens seja viável devemos distinguir tão precisamente quanto seja possível entre ‘descrever’ (a outros ou a nós mesmos) por um lado, e ‘identificar e reconhecer’, por outro. Obviamente, é difícil descrever a sensação de levantar um objeto pesado sem utilizar finalmente o conceito de peso que se aplica aos objetos pesados por si

mesmos e, especialmente, é difícil descrever esta situação a uma outra pessoa sem recorrer linguisticamente a tal conceito. Se desta nossa incapacidade se deduz que também somos incapazes de ‘identificar’ as sensações pertinentes e de ‘reconhecer’ sua presença sem o uso de tal conceito de peso objetivo, então, como poderíamos sequer ‘apreender’ o conceito de peso objetivo? Tal peso é, por sua natureza, um princípio de causação de uma certa sensação, mas, agora esta sensação parece não identificável e irreconhecível a não ser como produzida por tais objetos.

É realmente muito razoável distinguir assim entre descrição, por um lado, e identificação e reconhecimento, por outro, de tal modo que o fenômeno do reconhecimento facial já assinala a necessidade de assim fazê-lo. Mas, dado que necessitamos invocar esta distinção tal como foi proposta com o intuito de fazer frente a nosso predicamento, não parece ser óbvio que, para apreender o conceito de peso objetivo, entendida a natureza de tal peso como uma disposição para causar certas sensações nos sujeitos, devemos ser capazes de ‘identificar’ e ‘reconhecer’ as sensações pertinentes quando estão presentes em nós. Isto seria talvez assim se a natureza de uma propriedade se visse sempre refletida diretamente nos critérios que alguém necessita conhecer e aplicar para apreender o conceito de tal propriedade (assumindo inclusive que existem coisas tais como o conceito da propriedade em questão). Mas, a ontologia de uma propriedade não guarda sempre essa relação com sua epistemologia ou psicologia.

Temos aqui um caminho alternativo para começar a pensar sobre nossa apreensão do conceito de peso objetivo. Se fizer parte da natureza do peso objetivo que os objetos com tal propriedade causem certa espécie de sensação quando são levantados sob certas condições, então, talvez para apreender cabalmente tal propriedade devemos ser capazes de discriminar objetos atendendo a sua causação de tais sensações em nós. No entanto, para que isto ocorra, estas sensações devem estar presentes em nós e ser aparentes em nossa conduta discriminatória, tanto intelectual como física. Podemos assim ter um predicado – ‘pesado’ ou equivalente – cuja aplicação ao objeto em nossas mãos é causalmente produzida pela presença pertinente das sensações em questão. Exige-se somente que tais sensações estejam sistematicamente presentes e operantes quando sustentamos algo sob as circunstâncias adequadas.

Isso sugere a possibilidade de combinar tudo o que segue numa visão coerente:

- I. para um objeto físico, ser pesado é (pelo menos em parte importante) ser tal que cause certas sensações naqueles que (em certas circunstâncias) o levantam;
- II. uma explicação científica acerca de por que um objeto pesado não recorreria a seu peso objetivo, mas antes, pelo lado do objeto, somente a propriedades científicas e teoricamente frutíferas como sua massa e, pelo lado do sujeito, ao trabalho do sistema nervoso, etc.;
- III. na verdade, o peso objetivo dos objetos tem raramente um papel significativo na teoria ou explicação científicas;
- IV. não obstante, somos incapazes de descrever as ‘sensações’ pertinentes de peso sem crer, ao mesmo tempo, no peso objetivo dos objetos que nos cercam, porque as descrevemos como sensações normalmente causadas pela ação de levantar algo pesado, o que pareceria exigir que existissem objetos tais que tivessem a função de causa;
- V. mas isto não impede nossa apreensão do conceito de peso objetivo. Escapamos do círculo vicioso porque apreender um conceito tal não implica primeiro identificar ou reconhecer as sensações em questão e depois atribuir causação das mesmas e, portanto, peso objetivo ao objeto em nossas mãos, com base nesta identificação primária ou reconhecimento prévio das sensações em questão. Na verdade, não temos necessidade de identificar ou reconhecer tais sensações para apreender o peso objetivo, ainda quando, por sua verdadeira natureza, este implica a causação de tais sensações nos sujeitos. Tal apreensão parece exigir, no máximo, que as sensações em questão sejam operantes em nossa discriminação dos objetos objetivamente pesados. E para que elas sejam assim operantes não parece ter necessidade de que sejam, por sua vez, identificadas ou reconhecidas pelo sujeito, mas somente que estejam presentes e ativas;
- VI. é compatível com o anterior, e em particular com o item I, que as propriedades dos objetos tais como seu peso sejam real e objetivamente propriedades dos mesmos, ainda quando sejam, ao menos em parte, disposições a afetar os sujeitos de certo modo em certas circunstâncias;²²

²² Observe-se, por outro lado, que podem estar implicadas diferentes espécies de disposições. Assim, o peso pode envolver efeitos nos sujeitos pertinentes de tal modo que a constituição dos sujeitos afetará o peso dos objetos que os cercam. Se fossemos mais fortes os objetos seriam mais leves. Mas não é tão claro que as cores

VII. finalmente, também é compatível com o que foi dito que nossa percepção do peso de um objeto seja direta ou imediata (pelo menos em vários sentidos pertinentes destas palavras multiformes). Em particular, podemos ser capazes de informar com conhecimento e justificação acerca do peso de um objeto sem ter que ser conscientes de nenhuma ideia ou sensação de peso, e sem ter que passar de modo algum por alguma inferência consciente; e

VIII. é possível realizar a plausibilidade das teses I a VII e a coerência do conjunto ao comparar o conceito de peso com o de cubicidade, que parece claramente apreensível e diretamente aplicável a um objeto dado por uma pessoa, embora esta careça de qualquer apreensão de sua análise em termos de seis faces quadradas, etc. Similarmente para o peso e sua análise como disposição para causar certa espécie de sensações nos sujeitos, etc.

O que foi dito até aqui combina com justiça tanto a ciência e o senso comum como os realismos científico e de senso comum. Evita as armadilhas do relativismo radical da teoria do erro e da duplicação de explicações (por cones e bastonetes, etc., junto com a objetiva brancura em adequada iluminação, por exemplo). Podem permanecer armadilhas, naturalmente, mas se estas são reais, ainda precisam ser percebidas.

sejam, neste sentido, como o peso. Tornar-se-ia repentinamente azul a grama se nossos receptores visuais mudassem apropriadamente? Ou a cor da grama é determinada antes pela forma em que, ao olhá-la sob uma boa iluminação, são afetados visualmente os sujeitos constituídos 'tal como o estamos nós no mundo real'?